

Papai Noel como vigilância e punição: vivências e testemunhos de infâncias não vividas

Humberto Miranda*

Eu lembro que um dos lugares que eu mais gostava era o edifício JK, o antigo prédio do INSS, aquele grandão, na rua do lado, que é uma rua que tem uns cartórios. Não lembro... Eu conheço todo o centro, mas não consigo lembrar os nomes das ruas. Na rua do Imperador, nas igrejas ali, porque sempre tinha muita gente, até hoje, tem alguns dias que passam umas ajudas. A gente dizia que era a ronda, um grupo de pessoas que dava comida, acho que era quarta, quinta, sexta, sábado e domingo, então todo mundo corria pra lá, para aquelas ruas ali.

(Maria Betânia Silva, 2011)

Assim Betânia narra as memórias do local onde dormia e do aspecto físico que o prédio oferecia. Daí a escolha pelo prédio JK, localizado no centro do Recife, considerado cartão-postal da cidade, que integra as construções erguidas na segunda metade do século XX. Nele, há uma grande marquise que servia como proteção da chuva e uma extensa calçada, fazendo que se conglomerassem muitos moradores de rua, que coletivamente se solidarizavam.

Ela ainda narra a possibilidade da contribuição de integrantes da Igreja que, a partir de uma perspectiva caritativa, distribuíam alimentos às pessoas

* Doutor em História. Professor adjunto do Departamento de Educação, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: humbertoufrpe@gmail.com.

que moravam nas ruas do Recife, na época. Essa prática, que nos dias atuais persiste, também era considerada na escolha do local para dormir. Contudo, Betânia relata que dormir na rua também era enfrentar a violência da polícia, que, de acordo com o seu testemunho, constantemente realizava o serviço de abordagem, procurando higienizar as pessoas que estavam em situação de rua.

Betânia nasceu no Recife, em 1973, filha de uma família chefiada por mulher, sua mãe biológica, Aparecida, que gerou onze filhos e exercia a profissão de doméstica. Nunca conheceu o pai. Até os 9 anos, viveu no Alto Pascoal, bairro localizado na zona norte da cidade. Nesse período, não frequentou regularmente a escola, sendo alfabetizada no final da adolescência. Nas ruas, conheceu a Casa de Passagem, organização não governamental que atuava, e ainda hoje atua, no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

De menina assistida, Betânia se tornou uma das mobilizadoras do movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Ela passou a residir na Casa de Passagem, a trabalhar diariamente com as meninas do centro e a percorrer as ruas do Recife com outro objetivo: contribuir com os direitos dessas crianças e adolescentes, escutando-as e encaminhando-as, caso possível, para o atendimento na organização.¹

No seu relato, Betânia faz denúncias, critica os métodos praticados pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e reacende o debate sobre a relação do Estado com a questão da infância. Ela constrói a memória acerca das suas passagens pela Febem e de suas vivências nas ruas. Ao narrar o que viveu e o que testemunhou no seu tempo de criança e de adolescente, produz um discurso sobre o cotidiano de meninas e meninos em situação de rua no Recife. Esse relato contribui para documentar a infância no Brasil e para analisar como foram produzidos os dispositivos de controle sobre as crianças abandonadas.

A historiadora Isabel Frontana traz uma contribuição importante para a historiografia nacional ao analisar os testemunhos de meninos e meninas em situação de rua na década de 1980 que viviam as mais diferentes formas de abandono. De acordo com Frontana (1999, p. 219):

1 A Casa de Passagem, oficialmente reconhecida como Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem, foi fundada em 1989 como organização não governamental. A denominação Centro Brasileiro era devido à casa procurar atender a crianças e adolescentes não só do Recife, mas da região metropolitana e de outros estados do Brasil. Buscando oferecer um atendimento sistêmico, a instituição oferecia atendimento psicológico e jurídico, além de proporcionar atividades de cunho educativo e profissionalizante.

Embora muitas crianças e muitos adolescentes transformassem a rua em espaço de reprodução das condições materiais de existência, nem sempre era apenas nessa dimensão, por assim dizer, econômica, que se encontrava validação subjetiva. Além de meio de geração de renda, a rua era também um espaço vivencial significativo para a projeção de atitudes e comportamentos que alimentavam a vida de um senso lúdico peculiar, no qual a aventura e a brincadeira eram valorizadas.

A partir do trabalho de Frontana, é possível analisar como a rua foi sendo (re)apropriada pelas crianças e adolescentes. De acordo com Lucchini (2003), a partir de 1980, nos movimentos políticos e institucionais, os meninos e as meninas que viviam ou trabalhavam nas ruas das cidades passaram a ser chamados de meninos e meninas que viviam *em situação de rua*, deixando de ser identificados como *meninos de rua*. Conforme o autor, é preferível usar a denominação “meninos e meninas em situação de rua”, uma vez que a própria “intervenção não pode mais, desse modo, limitar-se somente à criança; ela deve, ao contrário, englobar o conjunto das interações sociais das crianças nos outros meios sociais” (Lucchini, 2003, p. 59).

Parte dos historiadores também sinaliza que o problema dos meninos e das meninas em situação de rua no Brasil não surgiu nos anos 1980, uma vez que, na segunda metade do século XIX, já tínhamos registros de garotos e garotas que vivenciavam as mais diferentes experiências no mundo das ruas. Ao analisar a questão dos moradores de rua e dos cortiços no Rio de Janeiro no período do Império, o historiador Sidney Chalhoub, em sua obra *Cidade febril*, leva-nos a perceber que já existia uma forma de categorizar as crianças e adolescentes que viviam ou trabalhavam nos espaços públicos. De acordo com ele:

A expressão ‘classes perigosas’ parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre a criminalidade e ‘infância culpada’, termo do século XIX para os nossos ‘meninos de rua’, utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. (Chalhoub, 1996, p. 20).

A partir dos estudos de Chalhoub, percebemos que, desde os oitocentos, o problema dos meninos e das meninas em situação de rua já era visto

como caso de polícia e sobre eles recaía a pecha do perigo. De acordo com sua pesquisa, os documentos da época registram que a expressão *classes perigosas* era utilizada de forma bastante restrita, servindo para identificar aqueles que procuravam estratégias de sobrevivência consideradas “às margens da lei”.

Foi nesse cenário que surgiram as primeiras ações do poder público no combate à chamada *vadiagem* praticada pelas crianças e pelos adolescentes, quando o aparato policial passou a controlar de forma mais efetiva o cotidiano dos meninos e das meninas. Contudo, as estratégias de controle e defesa não partiam apenas do poder público, como escreve Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos*, a própria família patriarcal urbana passou a criar mecanismos de defesa, utilizando-se dos cães ferozes, da construção de muros e portões altos, com o objetivo de (se) proteger das “classes perigosas”, dos chamados moleques.

No século XX, as medidas de controle e coerção contra as crianças e os adolescentes que viviam em situação de rua procuravam conter o crescimento da criminalidade nas grandes cidades. A própria ideia da República, baseada nos princípios da “ordem” e do “progresso”, trazia consigo a proposta de fortalecer as instituições de segurança no sentido de garantir o controle social. Ao se debruçar sobre a questão da criminalidade infanto-juvenil no início do Brasil Republicano, o historiador Marco Antônio Cabral dos Santos registra que o controle do Estado, através do Código Penal, que estabelecia punição às práticas de “vadiagem”, procurou fixar normas disciplinadoras e punitivas contra os meninos e as meninas considerados “vadios”. De acordo com o historiador:

A recém-instaurada República tecia e estruturava os símbolos de um novo país sob a pecha da ‘ordem’ e do ‘progresso’, impulsionada pelo nacionalismo, que, desde a década de 1880, ecoava em prol da industrialização. Ao mesmo tempo, a aura da República moldava a forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem, protagonizados, respectivamente, pelo imigrante e pelo nacional, principalmente aquele advindo da escravidão. A eugenia era a ideia corrente entre teóricos e autoridades, e a ‘profilaxia social’ era praticada cotidianamente. (Santos, 1999, p. 320).

Nesse sentido, as práticas de roubos, furtos, mendicância, prostituição passaram a estar na mira da polícia, que buscava combater tais ações a partir da lógica punitiva, em que o encarceramento era visto como alternativa para

retirar os meninos e as meninas das vias públicas, na tentativa de “higienizar”, de “limpar” o cenário urbano. A questão da criminalidade infanto-juvenil não era percebida como problema de ordem social, e sim como um caso que deveria ser resolvido pelo aparato policial.

O que o testemunho traz sobre as diferentes formas de controle social? E a partir de que perspectiva a narrativa redesenha o cotidiano dos meninos e das meninas no Recife, na década de 1980?

“Operação Papai Noel” e o controle social sobre as crianças em situação de rua no Recife

Eu lembro assim: se fala até hoje que é a ‘Operação Papai Noel’, que nada mais era do que uma Kombi, com um grupo de pessoas, que eu lembro que não era da polícia, que pegava, saía recolhendo. [...] Então eu me lembro muito disso, eram justamente os caras, eles usavam uns coletes e pegavam a gente, enfim, todo mundo terminava na delegacia ali da Fernandes Viera, na José de Alencar [...]. Todo mundo terminava parando lá. A gente ficava dois ou três dias, apanhando, passando fome, brigando, né, porque terminava um brigando com o outro, e depois era todo mundo transferido pra Febem, que aí uma das unidades que eu lembro ficava na Fernandes Vieira. (Maria Betânia Silva, 2011).

A partir desse depoimento, percebemos que viver na rua também era enfrentar novas táticas de repressão e violência do aparato de segurança. A “Operação Papai Noel” era realizada no período natalino, período de maior intensificação do comércio de rua. As lembranças desse tempo foram marcadas por memórias do recolhimento nas delegacias e unidades da Febem, que, segundo Betânia, ocasionou momentos de fome e maus-tratos.

O objetivo dessas campanhas era o controle social sobre as crianças e adolescentes que transitavam nas ruas da cidade. Elas faziam parte das estratégias do aparato policial e do próprio sistema de justiça, que, pressionado por setores da sociedade vinculados sobretudo à rede comercial, procurava garantir o que podemos chamar de “limpeza” nas vias públicas. Tal “limpeza” tinha o intuito de proporcionar aos consumidores a segurança de circularem nas áreas comerciais sem a ameaça das abordagens dos meninos e das meninas de rua.

A área onde eu ficava era ali, Praça do Diário. O bairro do Recife, a Rio Branco, se tem aquela parte que tinha uns trens ainda, no Cais de Santa Rita. Agora tem uns edifícios bem bonitos, já indo para o Pina... assim, no Porto. O Mercado São José era outro lugar que eu ficava. [...] Pequenos furtos, droga eu nunca vendi, mas, assim, já repassei muito. Enfim, é ter que armar contra outras pessoas. Tudo que fosse gerar uma grana pra sobreviver. Terminei me perdendo da minha família, da minha mãe, dos meus irmãos, que eram as pessoas com quem eu tinha vínculos. (Maria Betânia Silva, 2011).

Ao narrar a vida nas ruas da grande cidade, ela nos fala de diversas formas de sobrevivência. Dormir, acordar, conviver com diferentes pessoas eram desafios que o mundo das ruas lhe oferecia. Ao falar das práticas de caridade exercidas por grupos sociais lembrados na entrevista como a “ronda”, Betânia nos faz perceber que não existia na época uma política efetiva do Estado em relação aos moradores de rua da cidade.

Nota-se nessa fala que, ao procurar um lugar para ficar, as escolhas de Betânia não eram aleatórias. Era através dessas escolhas, dessas demarcações de espaço, que as meninas e os meninos em situação de rua passavam a estabelecer seus territórios. Segundo Graciani (2009, p. 115):

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual o sujeito se sente ‘em casa’. O território pode ser considerado como sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos.

A história de Betânia nos faz pensar como a sociedade brasileira da época convivia com o problema dos garotos e das garotas que viviam em situação de rua. O seu relato de memória faz surgir outro personagem para a nossa trama: os “homens de colete”, que prendiam as crianças e os adolescentes em situação de rua. Esses homens eram chamados agentes ou comissários de menores, representantes do Juizado de Menores responsáveis pelas campanhas de monitoramento e vigilância dos meninos e das meninas que circulavam nas ruas da cidade.

A tese da historiadora Silvia Arend nos mostra que as atribuições dos comissários eram as mais diversas, porém as tarefas mais recorrentes eram

“apreender os menores abandonados e delinquentes”, “proceder todas as investigações relativas aos menores, seus pais ou encarregados de sua guarda”, além de vigiar e fiscalizar a presença de meninos e meninas em bares, cinemas, cabarés e outras “casas de diversões”. De acordo com Arend (2011, p. 75), “no dia a dia eram esses homens que estavam em contato direto com os infantes, seus familiares, os guardiões, etc.”.

O próprio Código de Menores representou o marco legal que procurou codificar as ações punitivas frente aos atos considerados “desviantes” praticados por meninos e meninas que viviam no mundo das ruas. O Código possuía um forte caráter policalesco e buscava efetivamente controlar o cotidiano das crianças e dos adolescentes e de suas famílias. Esse aparato legal buscava aplicar penalidade ao chamado vadio, ou mendigo habitual, que eram aqueles meninos e aquelas meninas que foram presos mais de uma vez por estarem praticando tais atos.

O Código foi promulgado em 1927 e reformulado em 1979. A partir de sua criação, meninos e meninas que viviam em estado de pobreza, abandono ou em conflito com a lei passavam a ser considerados menores, estabelecendo-se mecanismos de controle, coerção e punição para essas crianças, adolescentes e pais/responsáveis. Determinava a criação de instituições de recolhimento dos chamados menores em situação irregular. É nesse período que emerge o debate com maior participação da sociedade civil sobre meninos e meninas “de rua”. A própria Febem passou a produzir um discurso de prevenção e controle sobre esses garotos e essas garotas, que das ruas das grandes cidades eram encaminhados para as suas unidades de internação.

A Febem representava a unidade estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), implantada em 1964 e extinta em 1990. A instituição foi criada a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, representando uma instituição nacional que atuava na assistência a crianças e adolescentes pobres, abandonados ou em situação de conflito com a lei. De acordo com Passetti (1999, p. 59):

Em nome do bem, o Estado acaba realizando o bem-estar da própria burocracia, fazendo recair a ênfase no grau maior ou menor de corrupção. O que perpetua é a possibilidade por vias mais ou menos ‘obscuras’ de realizar, primordialmente, o bem-estar da própria categoria, como em toda corporação.

É nesse cenário de controle do Estado sobre o cotidiano das crianças que analisamos o depoimento de Miguel Cipriano de Oliveira, um ex-comissário de menores que participava da “Operação Papai Noel”. Assim ele relata um pouco da sua rotina de trabalho no centro da cidade do Recife:

Era um tipo de blitz, colocava-se seis, sete na Kombi. Nós fazia plantão ali na Rua da Palma, Guararapes. Quando o menor assaltava uma senhora, a gente já estava abordando o menor, entendeu? Porque a Kombi ficava assim, de frente, ficava quatro agentes lá, ficava quatro em outro canto, seis em outro canto, assim diz a história. Quando ele assaltava, a gente já tava pegando ele. ‘Por que assaltou a senhora?’ ‘Não, me solte’, não sei o quê... ‘Você tá detido.’ Colocava na Kombi, levava até o comissário-chefe na Fernandes Vieira, era Ribeiro nessa época – que já faleceu –, era quem tomava as devidas providências da criança e do adolescente, a gente fazia só deter na cidade e trazer pra ele. (Miguel Cipriano Oliveira, 2011).

A partir do que narra Miguel, podemos dimensionar como eram exercidas as práticas cotidianas dos comissários de menores. O diálogo possibilita construir a imagem da relação estabelecida entre o comissário e a criança, relação marcada por práticas de coerção. Esse trecho da entrevista faz vislumbrar as demarcações dos espaços de atuação desses agentes, que tinham o centro comercial do Recife como cenário para as práticas de controle social.

Contudo, é importante lembrar que a atuação dos comissários não se restringia ao espaço comercial da cidade, eles também atuavam nos bairros pobres dela, fiscalizando o cotidiano das crianças e dos adolescentes e de suas famílias. De acordo com Arend (2011), esse conjunto de práticas de vigilância e coerção fez criar na população pobre a ideia de que esses representantes do Poder Judiciário estavam atrelados ao controle social, “em nível individual e coletivo”.

Foi um desses “homens de colete” que conduziu Betânia para um espaço de detenção. Ela também estava entre aquelas crianças abordadas pela “Operação Papai Noel”. Da delegacia localizada no centro do Recife, esses meninos e meninas eram encaminhados para uma das unidades de internação da Febem.

Para Betânia, as pessoas identificavam meninos e meninas em situação de rua como “trombadinhas” ou “cheira-cola”, expressões que contribuíram para estigmatizá-los, ou seja, construir categorias que identificassem esses garotos e garotas como pessoas perigosas. No seu testemunho, ela informa:

A falta de afeto, de orientação, de cuidados mesmo. Eu acho que é a falta do olhar da sociedade, porque eu lembro que naquela época eu era uma criança que tinha uma dor, uma revolta, sabe, tão grande, e eu olhava para as pessoas com tanta raiva, assim, todo mundo para mim era um inimigo e as pessoas, por sua vez, me viam... na verdade eu acho que a sociedade era... é o espelho, o reflexo... (Maria Betânia Silva, 2011).

Sobre Betânia, uma vez identificada como “menina de rua”, recaía a pecha de perigosa e ameaçadora da ordem estabelecida. De acordo com Goffman (1988), o estigma pode ser entendido como referência a uma “linguagem de relações” que faz construir uma marca ou impressão, um estereótipo, no caso de Betânia, de ser desacreditado pela sociedade.

No seu relato, Betânia rememora o sentimento da dor e da revolta provocado pelas situações de violência daquele cotidiano. Hoje, ela lê suas atitudes no passado como uma resposta à forma violenta com que grupos sociais tratavam as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de rua. Refere o “olhar da sociedade”, que correspondia às imagens e representações construídas por grupos sociais acerca desses meninos e meninas.

A imagem construída sobre as meninas e os meninos tem uma historicidade que precisa ser discutida. Nesse sentido, ao procurar entender esse discurso da “dor e da revolta”, proponho a abertura de uma janela, para que seja elaborada uma análise mais sistematizada sobre a questão da criança e do adolescente em situação de rua e sobre a forma como foi construída historicamente a expressão menino(a) de rua.

O testemunho de Betânia permite descortinar o cotidiano de meninos e meninas que viviam em situação de rua no Recife na década de 1980. As recordações do tempo de criança apresentam múltiplos tempos da cidade, como o tempo do abandono e do controle social. Conforme afirma a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto:

O trabalho historiográfico com as fontes orais deve considerar ou incidir a sua atenção sobre a particularidade do tempo da memória, procurando questionar os laços mais importantes ou a natureza dessa relação, das *artes da memória* e do tempo histórico, entendendo que as histórias relatadas são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que atravessa o tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de

um tempo para outro e, especialmente, traz a possibilidade de atualização do passado no presente. (Guimarães Neto, 2006, p. 67, grifo no original).

Esses múltiplos tempos que permeiam o relato de Betânia nos trazem as imagens do vivido e as violentas práticas do controle social sobre crianças que passaram por diferentes formas de abandono.

Considerações finais

Ao analisar o testemunho de Betânia sobre as memórias do tempo de criança, percebo a fala da militante que busca produzir imagens de como o aparato de controle social instituía práticas de vigilância e punição sobre as crianças que viviam em situação de rua. O historiador argentino Pablo Pozzi chama a atenção para a questão da análise do relato do militante, partindo do pressuposto de “explicar a politização como um processo vivido, e também externo, que produz um ‘despertar’ para uma realidade social injusta e cruenta” (Pozzi, 2012, p. 71).

Ao narrar o que experienciou e o que testemunhou quando viveu nas ruas do Recife, Betânia constrói o seu relato a partir de sua percepção de mundo. Concordo com esta afirmação construída pelo historiador Antonio Torres Montenegro: “a memória e a percepção são indissociáveis e não é possível a percepção pura, nem tampouco a memória pura” (Montenegro, 2012, p. 38). Desse modo, para entender a trajetória de Betânia, é importante se voltar para uma análise mais sistematizada do que estava acontecendo na sociedade e entre as pessoas que a rodeavam.

Ainda dialogando com a reflexão de Montenegro (2012, p. 43), o relato, “por mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural do entrevistado”. Essas marcas estão fortemente presentes no relato de Betânia, o que me faz percebê-las, a partir da relação entre o individual e o social, como “sinais em constante movimento de resignificação, e não como prova do vivido”.

Ao construir as “memórias de si”, Betânia produz um discurso identitário, ressaltando a importância de reconhecer o passado da criança que viveu em situação de rua, mas que, naquele momento da entrevista, coloca-se como mulher, negra, mãe e defensora da causa dos direitos humanos. Ao narrar suas memórias do que viveu e testemunhou, ela constrói a identidade de uma mulher que para sobreviver teve de subverter a ordem e as convenções estabelecidas.

Referências

AREND, Sílvia Maria Fávero. *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FRONTANA, Isabel. *Crianças e adolescentes: nas ruas de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRACIANI, Maria Stela. *Pedagogia social de rua*. São Paulo: Cortez, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EDUFMT, 2006.

LUCCHINI, Riccardo. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, Irene (Coord.). *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003. p. 45-86.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson et al. (Org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 38-54.

PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999.

POZZI, Pablo Alejandro. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: LAVERDI, Robson et al. (Org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora UFPE; Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

SANTOS, Marco Antônio. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 210-230.

Fontes orais

OLIVEIRA, Miguel Cipriano. [jul. 2011]. Entrevistador: Humberto Miranda. Recife, PE, 25 jul. 2011.

SILVA, Maria Betânia. [jul. 2011]. Entrevistador: Humberto Miranda. Recife, PE, 14 jul. 2011.

Resumo: Este artigo objetiva discutir a questão do controle social praticado sobre as crianças em situação de rua no Recife, na década de 1980, período marcado pela efervescência política promovida pelo processo de redemocratização, que ainda convivia com as instituições e práticas sociais autoritárias cultivadas no decorrer dos governos militares (1964-1985). Essas instituições, a exemplo dos juizados ou das delegacias de menores, produziram diferentes “artes de governar” o cotidiano de meninos e meninas que vivenciaram diferentes formas de abandono. “Operação Papai Noel” foi o nome atribuído a uma das ações desses dispositivos de controle social, que tinha o objetivo de vigiar e punir as crianças que circulavam no centro comercial do Recife no período natalino. Neste trabalho, são analisados os relatos orais de quem vivenciou a experiência do abandono nas ruas do Recife e dos que praticavam as ações de controle social, os chamados comissários de menores.

Palavras-chave: Criança. Rua. Controle social.

**Santa Claus as vigilance and punishment:
experiences and testimonies of childhoods not lived**

Abstract: This article aims to discuss the question of social control practiced on street children in Recife in the 1980s. This period was characterized by the political effervescence promoted by the process of redemocratization, which still lived with authoritarian social institutions and practices cultivated in the course of military governments (1964-1985). These institutions, like the juvenile courts or police stations, produced different “arts of governing” the daily lives of boys and girls who experienced different forms of abandonment. “Operation Santa Claus” was the name attributed to one of the actions of these social control devices, which had the purpose of monitoring and punishing the children that circulated in the commercial center of Recife, during the Christmas period. In this work, I analyze the oral reports of those who experienced the abandonment in the streets of Recife and those who practiced social control actions, called juvenile commissaries.

Keywords: Child. Street. Social control.

Recebido em 20/08/2018

Aprovado em 16/10/2018